

**EDUCAÇÃO E O SILENCIAMENTO DA HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA**

Edilene Barbosa Santos
Universidade Federal de
Campina Grande - UFCG
Cajazeiras – Brasil
hedbarbosa@outlook.com

Karina Faustino de
Sousa
Universidade Federal de
Campina Grande - UFCG
Cajazeiras – Brasil
Karinafaustinosousa@gmail.com

Mikaele Silva Santos
Universidade Federal de
Campina Grande - UFCG
Cajazeiras – Brasil
Mikaele1819@email.com

RESUMO

Este estudo tem por objetivo contemplar o diálogo quanto ao silenciamento dos povos negros/indígenas no contexto educacional, uma abordagem que prioriza aproximar e refletir o significado da inserção do negro e/ou indígena no espaço escolar mediante suas contribuições para a formação do Brasil. Estudos teóricos apontam a necessidade de promover sérias reflexões em relação ao ensino de História Indígena e Africana no âmbito escolar. As Leis 10.639/03 e 11.645/08 que nos dão um suporte documental sobre essa nova fase de inclusão da educação básica entre outros documentos, promovendo um ensino de história menos linear e sequencial, propiciando ao educando um novo olhar sobre as abordagens históricas na sala de aula e mais naturalidade em se trabalhar sobre a miscigenação existente no Brasil.

Palavras-chave: Lei 11.645/08, Cultura, História do Brasil.

INTRODUÇÃO

Tecer sobre as práticas educativas vigentes durante os dias atuais não é tarefa fácil, em especial quando se retrata a cultura predominante da sociedade brasileira, percebe-se o privilégio do branco em oposição a negação e desvalorização da cultura Africana e Indígena entre outros povos que construíram e ocuparam o território brasileiro. Assim, somos a miscigenação de variadas culturas e povos que formaram o Brasil contemporâneo, porém, convivemos com ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Desse modo, este artigo, objetiva-se contemplar o diálogo entre o silenciamento dos povos negros/indígenas no contexto educacional, através de uma abordagem que prioriza refletir o significado da inserção do negro e/ou indígena no espaço escolar mediante suas contribuições para a formação do Brasil, fazendo a análise das leis que garantem tal direito. Parafraseando Zumbi dos Palmares, “É chegada a hora de tirar nossa nação das trevas da injustiça racial”.

Historicamente, vivemos momentos em que as minorias da educação brasileira buscam valorizar adequadamente a história e a cultura de seu povo. Portanto, os afrodescendentes e os povos indígenas buscam reparar os danos às suas identidades e direitos ao longo dos últimos cinco séculos. E, a inclusão nos cursos de educação básica e superior amplia o foco do currículo

escolar para a diversidade cultural, étnica, social e econômica do Brasil, pois os profissionais terão conhecimento da temática. Obviamente, esse momento está intimamente relacionado não só à população negra, mas também a todos os brasileiros, pois eles devem se educar como cidadãos ativos em uma sociedade multicultural e multiétnica para poderem construir um país democrático. (Borges, 2010).

A INCLUSÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica é um momento histórico que visa expandir o foco do currículo escolar para a diversidade cultural, étnica e social. Destacamos que é necessário o trabalho efetivo da escola em conjunto de todos que contribuem para o universo escolar a responsabilidade de que as atividades cotidianas sejam centradas nos sujeitos diversos, isso quer dizer, no currículo devem constar as contribuições históricas e culturais dos povos indígenas e afro-brasileiros. Constitui-se um desafio, a voz desses povos não pode ser mais silenciada, caladas e/ou desrespeitadas.

A injustiça racial concebe um apagamento da história e cultura Afro-brasileira e Indígena. Diante desta perspectiva, buscamos compreender as narrativas étnico-raciais presentes no contexto educacional a partir de uma breve discussão acerca do estabelecimento da Lei 11.645/08 que altera a LDB, e da Lei 9.394/96 modificada pela Lei 10.639/03 que se torna obrigatório incluir a temática “História e Cultura afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar das redes de ensino.

O ensino de história na maioria das escolas brasileiras apresenta-se de maneira linear e sequencial, se começa pelo ensino de história antiga do século XIX tentando propiciar aos educandos conhecimentos para a explicação sobre a trajetória humana. Segue a linha também da história integrada onde a América e o Brasil figuram povos históricos, com a presença do ensino da História da África que inclusive tornou-se obrigatório devido à Lei 10.639/03, onde, foi alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Fica evidente que o currículo e o PP escolar são fundamentais, pois em um eixo mais tradicionalista, por exemplo, a maior preocupação da escola e dos educadores não é a aprendizagem dos alunos, mas, sim, a quantidade de assuntos que serão trabalhados em sala de aula. Não existe a preocupação com o desenvolvimento integral do educando, de suas habilidades e capacidades de uma formação cidadã.

Por outro lado, o currículo elaborado seguindo as atuais orientações concede ao educando e ao educador um novo eixo de preocupação docente e escolar que é justamente a qualidade do ensino para que o educando possa tornar-se um ser autônomo, um sujeito pensante, ou seja, o docente precisa estar trabalhando assuntos importantes para o desenvolvimento íntegro e de qualidade dos educandos, interligando os conteúdos, fazendo a interdisciplinaridade! Nesse contexto, podemos afirmar a importância dos movimentos negros/indígenas no uso da resistência na sociedade brasileira, permitindo que assim, possamos idealizar uma educação que valorize nossas raízes. Quanto os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros a Lei 11.645/08 deixa claro que:

§ 1ª O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

Isso é o que diz a lei 11.645/08, na verdade devemos entender como essa proposta de ensino da “História e Cultura afro-brasileira e Indígena” será trabalhada no currículo escolar, de que forma devemos falar sobre os povos indígenas e os negros, da diversidade existente no Brasil. Isto é, pensarmos e apresentarmos os povos indígenas e negros reais da sociedade brasileira em oposição as ideias geralmente apresentadas que inferiorizam e pouco mostram sobre a cultura e contribuições. É diante disso que percebemos o quanto os movimentos sociais e/ou raciais convivem com o uso da estratégia do silenciamento e desinformação como medida adotada para não deixar dúvida sobre o quanto essa população tem sido marginalizada, perante as questões educacionais, em que tratar o negro/a como inferior incapaz e o indígena como uma folha em branco contribuem bastante para a negação do seu direito a Educação.

REDESENHAR O ENSINO: BRASIL AFRO- INDÍGENA

O processo de formação da História do Brasil tem marcas históricas de exclusão e apagamento dos povos negros e indígenas, inclusive no contexto educacional. O Brasil é um país diverso, e por esta razão se faz necessário refletir o significado da inserção do negro e/ou indígena no espaço escolar mediante suas contribuições para a formação do Brasil.

Por isso, é preciso falar dos aspectos que caracterizam a formação da sociedade brasileira, o que impõe pensarmos sobre a questão da diversidade existente no Brasil. Gomes (2005), aprofunda o debate sobre as relações raciais, apresentando questões como: Identidade, Identidade Negra, Raça, Etnia, Racismo, Etnocentrismo, Preconceito Racial, Discriminação

Racial e Democracia Racial. Assim, dialoga sobre a situação das relações sociais no Brasil. Segundo ela, “a identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais” (GOMES, 2005, p.41).

Para entender o “eu” no seu modo de ser, envolve dessa forma, a ênfase na diferença, na diversidade e principalmente na invisibilidade, o problema é que esse processo de apagamento e silenciamento na educação e história do Brasil vivenciado por negros, indígenas entre outros grupos que sofrem da desigualdade social e racial, acaba muitas das vezes reforçando a naturalização dessas questões. De acordo com a educadora Nilma Lino:

Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura Afro-Brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como está se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros (GOMES, 2005, p.49).

Ou seja, contribuindo para que a realidade que esses indivíduos conhecem de forma desigual, possa ser ressignificada, quando nos referimos a formação da sociedade brasileira, “falamos sobre a construção social, histórica, política e cultural das diferenças” (GOMES,2005, p.51). Quando falamos da formação da sociedade brasileira, observamos que é necessário discutirmos sobre a população indígena brasileira, mas não sem antes problematizar a questão: É índio ou povos indígenas? É preciso que entendamos que não é o índio, e sim, povos indígenas, visto que os povos indígenas se diferem, entre si, em diversas questões, “[...] os povos indígenas contemporâneos no Brasil vivenciam processos históricos distintos e são, ainda hoje, portadores de tradições culturais específicas, expressando uma diversidade cultural ainda pouco conhecida, reconhecida e respeitada” (GRUPIONI, 2006, p.40).

Ainda de acordo com Grupioni (2006), os povos indígenas na história do Brasil, foram vistos como um problema, pois se formulava a ideia de deixar de serem o que eram. No Brasil, na nossa história de formação da sociedade brasileira a população indígena era marginalizada, por serem quem são, povos que tinham o sentimento de pertencimento étnico, em que reconhecem sua identidade indígena. Conforme Grupioni (2006, p.40):

Nesses mais de 500 anos de história do Brasil, os povos indígenas foram vistos e interpretados de diferentes formas. O questionamento sobre que papel eles poderiam desempenhar na formação da sociedade brasileira pautou diferentes práticas a eles dirigidas. Entre o bom e o mau selvagem, a visão de que os índios eram entraves ao progresso, que precisavam ser civilizados, salvos enquanto povos culturalmente diversificados, impôs-se como paradigma até bem pouco tempo.

Diante disto, percebemos o quanto o silenciamento desses povos perduram na história do Brasil. O fato é que as propostas de valorização da população indígena são muito recentes,

vem de uma longa jornada de lutas para eles poderem ter o direito como afirma, Grupioni (2006, p.41), “serem quem sempre foram”. Aqui podemos refletir o papel de resistência que a escola pode promover para esses povos indígenas, uma instituição que “utilizada, no passado, para aniquilar culturalmente estes povos, hoje tem sido vista como um instrumento que pode lhes trazer de volta o sentimento de pertencimento étnico, resgatando valores, práticas e histórias esmaecidas pelo tempo e pela imposição de outros padrões socioculturais”. (GRUPIONI, 2006, p.43).

Embora, tenha havido muitas conquistas, sem dúvida, algumas leis estabelecidas ao longo da história brasileira, se faz preciso um mergulho nas questões educacionais que estão permeadas no currículo oculto em que se configura a temática “História e Cultura afro-Brasileira e Indígena” numa revisão do significado dessa lei 11.645/08 para esses dois grupos étnicos. Aquilo que Maher (2006, p. 13), afirma: “Quanto mais cedo o cidadão brasileiro se inteirar da história real de seu país, mais condições ele terá de exercer, de forma responsável e solidária, sua cidadania no futuro”. De modo, que percebem de fato a importância de conhecer, reconhecer e respeitar a história e a cultura desses grupos étnicos, historicamente no Brasil.

METODOLOGIA

Essa investigação de cunho teórico e qualitativa, configura-se uma pesquisa bibliográfica, em que foram priorizados estudos de teóricos da área com análises de documentos oficiais. Conforme Demo (2000, p.20), ser uma pesquisa, “[...] dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos”.

Foi estudado os documentos oficiais que definem as diretrizes para esta formação, principalmente o Referencial Nacional para Formação de Professores indígenas (2002), a Lei 11.645/08, Lei 10.639/03 e a LDB 9.394/96, autores como Maher (2006) e Gomes (2005) que se debruçam sobre a temática em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem um papel fundamental nesta discussão, para podermos romper com esse silenciamento na educação direcionada a esses dois grupos étnicos, negros e indígenas, cabe aos educadores e educandos superar o desafio de preconceitos e discriminações existente dentro e fora do ambiente educacional. É preciso conhecer, reconhecer e respeitar a diversidade, a miscigenação do Brasil.

Assim, este artigo buscou contemplar o diálogo entre o silenciamento dos povos negros/indígenas no contexto educacional, uma abordagem que prioriza aproximar e refletir o significado da inserção do negro e/ou indígena no espaço escolar mediante suas contribuições para a formação do Brasil. Foi constatado que ainda é preciso ter um novo olhar sobre o ensino na educação básica, pois, o docente, que exerce um papel de poli professor, terá que se aprimorar e apropriar-se de conhecimentos para uma abordagem mais ampla e coesa no âmbito educacional.

Deixo o espaço para Freire (1987, p.87), patrono da educação brasileira, essa passagem, resume o significado da educação, “Educação não transforma o mundo. Educação transforma pessoas. Pessoas transformam o mundo”, que permite pensarmos que não apenas os indígenas e negros possam reivindicar o seu direito de participar ativamente do processo educacional e principalmente valorizar a cultura e a história desses grupos étnicos que merece o mesmo respeito quando falarmos acerca da formação do Brasil.

REFERÊNCIA

BEZERRA, H. G. **Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos**. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.37 – 48.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 04 de maio de 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Augusto dos Santos (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil**. In: Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Luís Donisete Benzi Grupioni (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

MAHER, Terezinha Machado. **A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória**. In: Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Luís Donisete Benzi Grupioni (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.